

**Intervenção de Manuel Carvalho da Silva,
Secretário-Geral da CGTP-IN,
como Delegado dos Trabalhadores Portugueses na
100.ª Sessão da Conferência Internacional do Trabalho**

Em nome dos trabalhadores e das trabalhadoras portuguesas, saúdo o Presidente desta histórica sessão da Conferência Internacional do Trabalho.

Saudamos todos os delegados e deixamos um abraço de grande estima ao Sr. Director Geral Juan Somavia, pelos importantes contributos que continua a dar, designadamente, às causas da justiça social, à afirmação da Agenda do Trabalho Digno e à defesa de um desenvolvimento sustentável.

Precisamos, sem dúvida, de, como diz o Sr. Director Geral, entrar em “uma nova era de justiça social inspirada por um ideal de desenvolvimento sustentável”.

Os níveis de conhecimento a que chegámos, os meios de que hoje dispomos, não se coadunam com as políticas geradoras de desigualdades, de pobreza, de reposição de práticas de dominação como se observa no próprio seio da União Europeia (U.E.), cujo projecto original assentava na cooperação e solidariedade, no respeito pelos povos e culturas e na harmonização social no progresso.

É preciso dizer não à humilhação de países, de povos e de seres humanos em qualquer continente e latitude. A sociedade necessita dos valores do universalismo, da multilateralidade e da multiculturalidade que a OIT expressa, valoriza e afirma.

Como disse o Sr. Director Geral são necessárias regras mais justas em múltiplos campos.

É indispensável diminuir e controlar os poderes exagerados do sector financeiro e dar aos trabalhadores e ao comum dos cidadãos mais atenção e importância.

É absolutamente imprescindível dar esperança e confiança à juventude.

As políticas e práticas neoliberais, que se vão impondo no meu país, na U.E. e noutros espaços do mundo, estão a provocar mais desemprego e pobreza e perigosos retrocessos sociais e civilizacionais. É impressionante a manipulação de conceitos a que hoje se assiste quando nos falam de desenvolvimento, de modernidade, de competitividade ou de produtividade.

É preciso um exercício de memória histórica, inclusive sobre o passado recente para que, como expõe o *informe* à Conferência, se tenha presente as causas e os responsáveis das actuais crises, por forma a evitar que se continuem a impor sacrifícios injustos.

A OIT, pelo seu passado e, ainda pelo seu presente, tem autoridade para fazer esse exercício. Lembrar o que significou de positivo passar a retribuição do trabalho da dimensão de subsídio de subsistência para a de partilha (mesmo que injusta) da riqueza produzida pelo(a) trabalhador(a); o que significou atribuir direitos e factores de estabilidade e segurança ao trabalho e afirmar o direito do trabalho; o que significou universalizar direitos sociais e garanti-los através de valores solidários colectivamente assumidos; o que significou o trabalhador ter o controle do tempo de trabalho; o que significou a conquista e a consagração da contratação colectiva, importantíssimo

instrumento de distribuição da riqueza e da dignidade no trabalho; o que significou o investimento público em infra-estruturas e serviços básicos.

As convenções fundamentais da OIT têm de ser efectivadas, pois elas são indispensáveis para a “nova era” que queremos construir.

O prosseguimento da luta pela Agenda do Trabalho Digno, o combate à precariedade laboral e ao trabalho informal são tarefas inadiáveis. É neste contexto que saudamos a Convenção relativa ao Trabalho Doméstico.

No *informe* à Conferência diz-se, e muito bem, que “as alternativas não nos surgem como um produto acabado. Há que construí-las”, com a participação dos cidadãos.

Recentemente, em Portugal, a troika U.E-FMI-BCE impôs, como receita única possível, um programa que nega o crescimento económico e o desenvolvimento do país e corporiza um fortíssimo atentado aos trabalhadores, à democracia e à soberania nacional.

Uma das interrogações que desde logo se deve colocar é: porque razão a OIT não acompanha, com toda a sua autoridade e experiência, a elaboração destes programas de austeridade?

A insistência do poder financeiro e dos accionistas dos grandes grupos económicos, bem como dos governantes ao seu serviço, na tese de que não há alternativas, nega a própria democracia, pois, em democracia, nunca existe a inevitabilidade de uma escolha única.

O *informe* do Sr. Director Geral apresentado a esta Conferência constitui um manancial de reflexão e de propostas concretas com que se podem construir caminhos alternativos. Em cada país e no plano global è necessário, acima de tudo, produzir bens e serviços úteis ao desenvolvimento das sociedades, o que dinamizará a economia real, favorecerá o espaço das pequenas empresas e criará imenso emprego que pode ser melhor retribuído, útil e digno.

É por estes objectivos que nos continuaremos a bater com determinação, esperança e confiança no futuro.

Muito obrigado.